

## FISC NORDESTE - FONTES DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – NORDESTE

### VISÃO GERAL

Por ocasião de auditoria para identificar os riscos para a sustentabilidade e a eficiência das fontes públicas de financiamento utilizadas em prol do desenvolvimento dos entes subnacionais, foram consolidados todos os montantes de transferências obrigatórias e discricionárias (da União, de Estados e Municípios), destinadas aos estados e aos municípios do Brasil, bem como o volume de operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas registradas nesses territórios. A partir desses dados, em conjunto com informações acerca de arrecadação própria dos entes federativos, avaliou-se o grau de participação dessas transferências e operações de crédito no volume total de recursos disponíveis.

Nessa ficha, são consolidados os principais aspectos atinentes à Região Nordeste e algumas comparações com demais regiões do País.

Os dados utilizados para o trabalho se referem ao período de 2000 a 2014 e foram coletados dos sistemas da Secretaria do Tesouro Nacional e de bancos públicos.

De forma geral, a distribuição de recursos públicos entre os entes federativos pode não estar contribuindo para o desenvolvimento de municípios, conforme resultados exploratórios encontrados.

### ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL

A Tabela 1 apresenta os volumes de recursos disponíveis para os Estados do Nordeste e seus respectivos municípios, referentes ao período 2000 a 2014, considerados arrecadação própria, transferências obrigatórias e transferências discricionárias oriundas de repasses interfederativos (da União, de Estados e Municípios), e operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas. Destaque para o Estado da Bahia e seus municípios.

**Tabela 1. Volumes de recursos disponíveis para os Estados do Nordeste e seus respectivos municípios (valor nominal, 2000 a 2014), incluindo arrecadação própria, transferências obrigatórias e transferências discricionárias oriundas de repasses interfederativos (da União, de Estados e Municípios), e operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas; bem como, para efeitos de comparação, população em 2014**

(estados e respectivos municípios)	Recursos disponíveis, no período de 2000 a 2014 (arrecadação própria + transferências obrigatórias oriundas de repasses interfederativos + transferências voluntárias oriundas de repasses interfederativos + operações de crédito baseadas em recursos de fontes públicas)	População
Bahia	R\$ 578,32 bilhões (5,1 % Brasil)	15,17 milhões (7,5 % Brasil)
Pernambuco	R\$ 396,86 bilhões (3,5 % Brasil)	9,28 milhões (4,6 % Brasil)
Ceará	R\$ 333,91 bilhões (3 % Brasil)	8,82 milhões (4,4 % Brasil)
Maranhão	R\$ 225,84 bilhões (2 % Brasil)	6,85 milhões (3,4 % Brasil)
Rio Grande do Norte	R\$ 153,13 bilhões (1,4 % Brasil)	3,4 milhões (1,7 % Brasil)
Paraíba	R\$ 144,32 bilhões (1,3 % Brasil)	3,94 milhões (1,9 % Brasil)
Alagoas	R\$ 121,51 bilhões (1,1 % Brasil)	3,32 milhões (1,6 % Brasil)

Piauí	R\$ 119,00 bilhões (1,1 % Brasil)	3,19 milhões (1,6 % Brasil)
Sergipe	R\$ 106,92 bilhões (1 % Brasil)	2,22 milhões (1,1 % Brasil)
Nordeste	R\$ 2.179,81 bilhões (19,4 % Brasil)	56,19 milhões (27,7% Brasil)
Brasil	R\$ 11.239,34 bilhões	202,77 milhões

As Figuras 1 e 2 ilustram, respectivamente, a participação de todas as fontes de financiamento sobre o volume total de recursos disponíveis para todos os estados e municípios do Brasil e para os estados e municípios da Região Nordeste.



Figura 1. Participação das fontes de financiamento sobre o volume total de recursos para todos os estados e municípios do Brasil

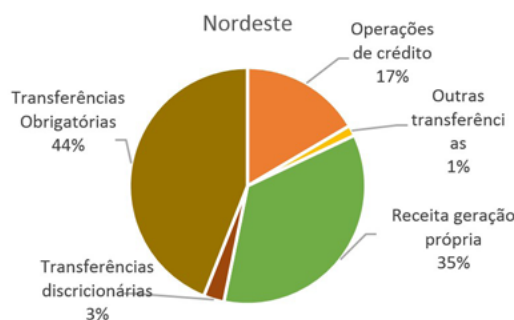


Figura 2. Participação das fontes de financiamento sobre o volume total de recursos para todos os estados e municípios da Região Nordeste

Das Figuras 1 e 2, observa-se que as receitas de geração própria nos estados e municípios do Brasil representam 49% de todos os recursos disponíveis; já na Região Nordeste, esse percentual alcança 35%. **A menor participação da arrecadação própria dos entes subnacionais da Região Nordeste, quando comparado com a situação nacional, traduz-se em maior dependência de repasses interfederativos, principalmente os oriundos da União.**

No período considerado, os Estados, e seus respectivos municípios, do Piauí, do Maranhão, de Alagoas, de Sergipe, da Paraíba e do Rio Grande do Norte se enquadraram nos grupos de maior dependência dos recursos oriundos da União.

Ao se considerar a **distribuição conjunta de transferências obrigatórias, transferências voluntárias e operações de crédito baseadas em recursos públicos, no período de 2000 a 2014, percebe-se que, como ilustrado na Figura 4, a Região Sudeste foi destinatária de quase metade de todos esses recursos e a Região Nordeste recebeu 20%.**

Em que pese haver critérios diversos para alocação dos recursos associados a essas fontes de financiamento, a Tabela 2 ilustra a distribuição da população brasileira nas diversas regiões. A Região Sudeste, em 2014, concentrava 41,9 % da população brasileira e a Nordeste, 27,7 % (Tabela 2).

Figura 4. Distribuição das transferências obrigatórias, transferências discricionárias e operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas, por região, no período de 2000 a 2014

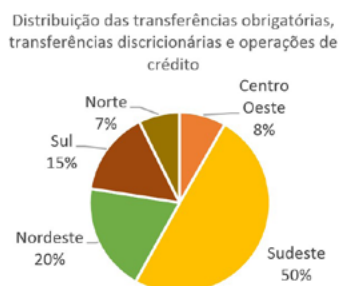


Tabela 2. Distribuição da população das regiões em relação ao total Brasil

Regiões	% população em relação ao Brasil (2014)
Centro-Oeste	7,6%
Sudeste	41,9%
Nordeste	27,7%
Sul	14,3%
Norte	8,5%

No intuito de analisar a situação orçamentária e fiscal de estados e municípios localizados na Região Nordeste e avaliar o grau de dependência desses entes subnacionais quanto ao recebimento de recursos interfederativos, desenvolveu-se dois índices: i) Orçamentário e Fiscal; ii) Dependência. Desse modo, os entes foram classificados em cinco situações: Situação 1 (inferior); Situação 2 (intermediária inferior); Situação 3 (intermediária); Situação 4 (intermediária superior); e Situação 5 (superior).

Para os estados da Região Nordeste, quanto à situação orçamentária e fiscal, observou-se que, dos nove estados que integram a região, em 2014, oito apresentaram situação intermediária ou intermediária inferior, o que demonstra a criticidade da situação desses entes.

Quando analisamos a situação de dependência desses estados, percebemos uma maior fragilidade se compararmos com a situação anterior a 2014, haja vista 50% dos estados classificados na pior situação estarem no Nordeste.

Em relação à situação fiscal e orçamentária, em 2014, a auditoria constatou que, com exceção da Bahia, todos demais estados do Nordeste foram classificados nos grupos de pior situação. Se considerado o período de 2000 a 2014, a situação se repete para toda a Região Nordeste, com exceção do Estado do Ceará.

Em nível municipal, nos estados da Região Nordeste, mais de 56,8% dos seus municípios foram classificados como entes com piores índices de situação orçamentária e fiscal.

### Transferências Obrigatórias

De 2000 a 2014, foram transferidos R\$ 3,3 trilhões em transferências obrigatórias para estados e municípios de todo o País oriundas de repasses interfederativos, conforme Figura 5. Desse montante, cerca de R\$ 960 bilhões (29% do total) foram destinados para a Região Nordeste, uma média de aproximadamente R\$ 80 bilhões por ano. A Região Sudeste, líder na destinação desses recursos, no mesmo período recebeu cerca de R\$ 1,27 trilhões (38% do total).

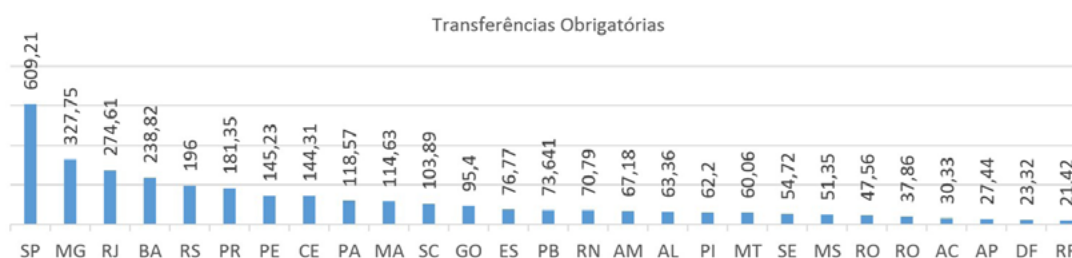


Figura 5. Valor total das transferências obrigatórias para estados e municípios, por estado, no período 2000 a 2014 (em bilhões)

Quanto à participação da União sobre o total de transferências obrigatórias, no caso do Nordeste esta participação é superior a 50%.

### Transferências Discricionárias

Em relação ao grupo de transferências discricionárias oriundas de repasses interfederativos, no período de 2000 a 2014, foram transferidos para estados e municípios do País, conforme Figura 6, cerca de R\$ 215 bilhões. Desse montante, R\$ 71 bilhões (33%) tiveram como destino a Região Nordeste, uma média de aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano. No mesmo período, para a Região Sudeste foram destinados R\$ 68 bilhões (31,6 %). A maior destinadora desses recursos para a Região Nordeste é a União, respondendo por mais de 85% do total.

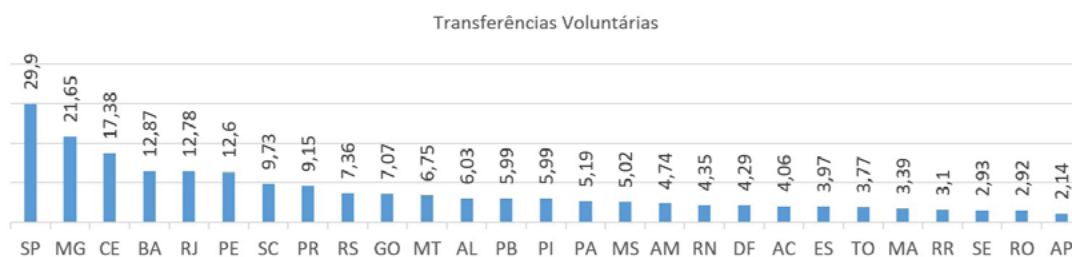


Figura 6. Valor total das transferências voluntárias para estados e municípios, por estado, no período 2000 a 2014 (em bilhões)

### Operações de crédito

Quanto às operações de crédito, no período de 2000 a 2014, foram intermediados com recursos de origem pública cerca de R\$ 2 trilhões, distribuídos pelos estados conforme Figura 7. Observa-se que estados do Sudeste são os que mais registraram operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas, totalizando, em 2014, cerca de 47 % desses recursos. Os montantes de operações de crédito do conjunto nos nove estados da Região Nordeste (17,3 %) são similares ao conjunto dos três estados da Região Sul.



Figura 7. Valor total das operações de crédito utilizando recursos de fontes públicas, por estado, no período 2000 a 2014 (em bilhões)

No caso das operações de crédito, inexistente a flexibilidade e a ingerência do repassador, presente nas transferências discricionárias; inclui-se as exigências de mercado e a capacidade para desenvolvimento de projetos para captação de recursos.

As principais fontes de recursos para as operações de crédito são FAT, Tesouro Nacional e FGTS e o principal agente financeiro é o BNDES.

### Acórdão

Acórdão: 1.655/2017 – TCU - Plenário

Relator: Ministro Raimundo Carreiro

TC: 011.432/2015-2